

“II Ministerial to Advance Religious Freedom”

Washington, 18 de julho de 2019

Senhor Secretário de Estado Mike Pompeo,

Prezados Ministros de Estado,

Senhoras e senhores,

O Brasil tem a honra de participar deste encontro ministerial, no qual nos unimos para promover a liberdade religiosa e para condenar e combater a violência e a perseguição em todas as suas formas, contra indivíduos com base em sua confissão ou devoção religiosa.

Nesse encontro, desejamos recordar todas as pessoas que foram alvo de abusos por professar a sua fé, muitos inclusive levados à morte. A memória dessas vítimas vive em nossos corações e mentes, não apenas como sinal de respeito, mas também como advertência para as consequências nefastas que o ódio, a intolerância e o preconceito podem acarretar se não forem devidamente combatidos.

A liberdade religiosa é valor central das políticas públicas promovidas pelo Brasil, que integrou, recentemente, o grupo de países que propôs à Assembleia-Geral da ONU a resolução que proclamou o dia 22 de agosto como o Dia Internacional Comemorativo das Vítimas de Atos de Violência Baseada na Religião ou Crença.

Nesse mesmo espírito, o Brasil celebra, em 21 de janeiro, o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Em nosso país, é crime praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito em razão da religião, sujeitando o infrator à pena de reclusão de 1 a 3 anos, além de multa.

Com o intuito de garantir o princípio constitucional do respeito à diversidade religiosa, um dos primeiros atos do presidente da República, Jair Bolsonaro, foi a sanção da lei que garante ao estudante, o direito de ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que tais atividades sejam vedadas segundo os preceitos de sua religião.

Senhoras e senhores, o Brasil possui rica diversidade religiosa, resultado de séculos de interação entre diferentes culturas. Acreditamos que todas as expressões religiosas devem ser igualmente protegidas, assim como a liberdade de não se ter nenhuma religião.

Da mesma forma, entendemos que não basta a defesa da liberdade religiosa e de culto. É necessário assegurar, também, a liberdade de expressão da fé.

O atual governo brasileiro está seriamente preocupado com os contínuos atos de intolerância e violência baseados em religião ou crença. Estamos particularmente apreensivos com a perseguição contra cristãos em diferentes partes do mundo.

Para enfrentar a perseguição religiosa, é preciso combater narrativas que promovam o ódio e repudiar legislações que restrinjam a liberdade religiosa. Entretanto, essas ações não são apenas responsabilidade dos governos. Os líderes religiosos também desempenham papel central em razão da influência que exercem na sociedade.

O Brasil, atualmente, promove ações visando melhorar o diálogo, a compreensão e a cooperação pela paz. Acreditamos na força do debate aberto, construtivo e respeitoso, bem como na educação em direitos humanos.

Aproveito a oportunidade para anunciar duas grandes iniciativas do governo brasileiro: instituiremos, nos próximos dias, um novo comitê nacional de liberdade religiosa e de crença. Será criada também, no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, uma coordenação nacional destinada a promover ações e iniciativas para garantir o pleno exercício da liberdade religiosa. Será dada uma atenção especial às religiões de matriz africana.

Concluo dizendo que a liberdade religiosa é a uma das mais profundas liberdades do ser humano, pois significa o respeito à sua consciência. Esperamos que este evento desperte a capacidade de refletir também sobre os pequenos atos que manifestam descaso pela crença alheia. Sem respeito entre os indivíduos, nunca teremos uma efetiva união entre os povos.

Muito obrigada.